



21-  
Rafael  
MATEUS  
Santos

---

*MUNICÍPIO DE ALMEIDA*

*ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALMEIDA*

*SESSÃO ORDINÁRIA DE 27 DE JUNHO DE 2022*

*ATA N.º 6/2022*

---

---

*ABERTURA*

---

Ao vigésimo sétimo dia do mês de junho de dois mil e vinte e dois, nesta vila de Almeida, no Auditório Municipal, sito na Rua da Fonte da Trigueira, teve lugar uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, sob a presidência do Professor António Baptista Ribeiro, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e sendo a mesma composta ainda, pelo Senhor João Paulo Pires Rolim, na qualidade de Primeiro Secretário e pela Senhora Mariana de Almeida Estevão, na qualidade de Segundo Secretário.

Eram nove horas e quarenta e cinco minutos quando o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida deu início aos trabalhos desta sessão.

---

*FALTAS E PRESENÇAS*

---

Não compareceram os membros Maria Helena Dias Alves, António Joaquim Rodrigues e Amílcar Monteiro de Almeida.

---

*ORDEM DO DIA*

---

Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi declarada aberta a sessão com a seguinte Ordem do Dia:

I - Período Antes da Ordem do Dia:

II - Ordem do Dia:

1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do nº. 2 do artigo 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);

2 – Atribuição de Subsídios à Junta de Freguesia de Almeida – Aquisição de Equipamento Informático; - À Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Aquisição de Equipamento Informático; - À Junta de Freguesia de Freineda – Construção de Furo para Captação de Água; - À União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Torneio de Futsal;

3 - Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Concelho de Almeida;

4 – Transferência de Competências para as Juntas e Uniões de Freguesias;

III - Período de intervenção destinado ao público, (artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal);

---

### *PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA*

---

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal começou por referir que, nos termos do artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal poder-se-á retomar a descentralização da realização das sessões das Assembleias Municipais, interrompidas por motivo do Covid 19.

Apesar de ainda haver gente com máscaras, mas tendo em conta o levantamento das restrições, pensa que se está em condições de se retomar a referida descentralização realizando as sessões nas diversas Freguesias do Concelho.

Assim sendo, perguntou se algum dos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia / Uniões de Freguesias, a exemplo do que foi feito anteriormente se existiam interessados em que as Assembleias se realizem nas respetivas Freguesias e que por ordem de inscrição assim se iria proceder. Caso não haja interessados, continuarão a ser feitas neste Auditório, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, ou numa das salas da Biblioteca Municipal, porque possui cadeiras com suporte para se poder escrever e apoiar os portáteis.

O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se havia alguém interessado, tendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Freineda, manifestado interesse em que a próxima sessão fosse realizada na sua Freguesia de Freineda.

#### **Minuto de Silêncio**

O Senhor Presidente referiu que, só ontem teve conhecimento do falecimento da Senhora Professora Emília Pires, pelo que em seu nome pessoal e em nome da Assembleia Municipal apresentou os sentidos pêsames à família. Tendo em conta que, também foi membro da Assembleia Municipal o Senhor Presidente pediu que, em sua memória, fosse guardado um minuto de silêncio.

## Assuntos não Agendados na Ordem do Dia

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal a pedido do Senhor Presidente da Câmara, solicitou que fossem acrescentados à Ordem do Dia mais dois pontos que serão:

**5 - Atribuição de Medalha de Ouro ao Exército Português; e**

**6 - Protesto aos CTT – Atrasos na Entrega de Correspondência e Maus Serviços Prestados.**

O Senhor Presidente da Assembleia propôs, que os pontos antes referidos integrassem a ordem do dia, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

### 1. Leitura e Aprovação da Ata da Sessão Anterior

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, em ordem ao estatuído no n.º 2 do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que estabeleceu, entre outros, o Regime Jurídico das Autarquias Locais, deu conta da ata da sessão anterior, a ata número 5, do dia 26 de abril de 2022, tendo a mesma sido colocada à apreciação dos membros do órgão.

O Senhor Professor José Manuel Gonçalves, solicitou o seguinte esclarecimento, perguntando se a ata da Assembleia Municipal do dia 26 de abril do ano em curso era mesmo a ata número 4, recordando que, antes desta ata aconteceu uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal no dia 25 de abril, perguntando também porque razão a ata da referida reunião extraordinária do órgão não é presente para aprovação na sessão de hoje, o que contraria o disposto no número 1 do artigo 40º do Regimento que refere “De cada sessão ou reunião é lavrada uma ata”. Aproveitou também a oportunidade para alertar para o facto de na página eletrónica do Município a última ata publicada é datada de 10 de setembro de 2021, o que significa que não foi publicada nenhuma ata do atual exercício da Assembleia Municipal. Assim sendo, solicita que se procedesse à atualização da página.

O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, já havia solicitado para que se agilisassem as publicações, mas que por problemas na página não foi feito, voltando a reiterar o pedido ao Senhor Presidente da Câmara.

Em relação à ata da sessão extraordinária do “25 de abril”, informou de que, até hoje nunca foi feita, no entanto e como está gravada poderá ser redigida e aprovada em sessão oportuna, pelo que a ata da sessão extraordinária do dia 25 de abril, será a número 4 e a ata da sessão ordinária do dia 26 de abril passará a ser a número 5 e que doravante deverá ser redigida a ata relacionada com as “Comemorações do 25 de Abril”.

Colocada a votação a ata n.º 5, do dia 26 de abril de 2022, foi a mesma aprovada, por unanimidade.

## Antes da Ordem do Dia

Para cumprimento do disposto na alínea d), do ponto 2, do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, abriu ao debate e apreciação da Assembleia os seguintes assuntos:

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor João Filipe Coelho em nome do Grupo Municipal, solicitou ao Senhor Presidente da Câmara esclarecimento acerca da documentação que fez parte do concurso e o último auto de medição da Obra de Revitalização da Rua do Comércio em Vilar Formoso.

A -  
Real  
Município  
Sara

Perguntou também, se já existia resposta em relação à última solicitação que fez há cerca de dois meses, relativamente à Reparação do Sistema de Drenagem e Pintura do Pavilhão Gimnodesportivo de Almeida.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso colocou um conjunto de questões ao Senhor Presidente, nomeadamente:

- Delegação de Competências e Ação Social que, foi adiada por não haver condições para ser rececionada na altura prevista, perguntando sobre qual o ponto de situação. Acrescentou que, em conversas com elementos da Segurança Social eles alertaram no sentido de haver técnicos do Município que deveriam estar em formação em relação ao assunto.

- Referiu também que já foi alertado por emigrantes empresários que, quando as pessoas se deslocam de Espanha para Portugal, não existe praticamente nenhuma sinalética, perguntando se está prevista a colocação de sinalética adicional ou mesmo outdoors, em Espanha a sinalizar a chegada a Portugal e Vilar Formoso;

- Em relação ao Parque Infantil sabe que, é um assunto que já foi discutido na reunião do Executivo do dia 07 de junho, mas continuam a mostrar alguma preocupação sobre o assunto, porque houve uma fiscalização da ASAE e não têm qualquer tipo de documentação e visto o Município ter sido o dono da obra acha estranho não haver qualquer tipo de documentação, acrescentou que vai ter uma reunião com o anterior executivo numa Assembleia de Freguesia na qual irá questionar se existe ou não documentação;

- Em relação ao Projeto do Parque TIR, perguntou se existe algum prazo para a finalização do mesmo;

- Qual o prazo para conclusão dos trabalhos da obra de Vilar Formoso, porque já perdura por algum tempo;

- Relativamente à Cantina da Escola, perguntou também qual o ponto de situação, se se manterá a empresa ou irão ser contratados funcionários, ou se existe outra solução;

- Por último deixou uma nota de desagrado, relativamente à Junta de Vilar Formoso por não terem sido contactados para participar no conjunto de atividades que a Câmara realizou, porque querem ser parceiros ativos e porque acham que é importante haver colaboração que os envolva a todos.

O Senhor Jaime Varelas usou da palavra para colocar três questões ao Senhor Presidente da Câmara:

- Qual o ponto de situação da avaliação do Quartel das Esquadras, em Almeida;

- Em relação ao restauro das Portas de S. Francisco, em que fase se encontram as obras e sendo a principal entrada para o Centro Histórico, qual o tempo de execução previsto;

- Por último perguntou se já foi lançado o Concurso para a Requalificação das Portas de Santo António.

Seguidamente usou da palavra a Senhora Maria Manuela Paulo, referindo que existe uma sinalética logo a seguir ao Nó da A25 que indica Sabugal 16 KM o que não corresponde à realidade porque a distância é o dobro. Não sabe de quem é a responsabilidade, se da Câmara ou das Infraestruturas de Portugal, alertando para que seja retificada a incorreção.

A Senhora Sara Correia solicitou ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclarecimento sobre o pedido que foi feito pelo Grupo, relativamente à emissão dos cartões de identificação, pedidos em dezembro 2021 e depois formalmente em fevereiro 2022.

si -  
Rui Miguel  
Coelho

O Senhor Miguel Pinto solicitou relativamente ao que se passa hoje em dia na Freguesia de Malhada Sorda no que diz respeito às obras de Requalificação e Restauro da Igreja Matriz e da Torre que está na sua envolvente que, como é sabido da importância do conjunto arquitetónico Património Nacional e a que todos puderam assistir recentemente numa apresentação pública que foi feita pela Fundação que está encarregue do projeto e que o decidiu fazer por sua iniciativa e mecenato. Esclareceu que o restauro é premente e que muitas das componentes da obra são necessárias e veem dar uma nova vida e reclassificar aquele espaço de forma a que esteja adequado a receber condignamente não só os moradores, mas também a comunidade cristã que ao local se desloca na Romaria de Nossa Senhora da Ajuda, mas também eventualmente turistas ou algo que se possa também ver após a sua requalificação. Tal não acontece com um ponto que foi crítico para apreciação dos moradores que estiveram presentes na apresentação pública que foi o interesse em requalificar a Torre que pelos vistos se encontra em estado de risco, perguntando se tem conhecimento de uma eventual queda da Torre, ou um prazo para que isso eventualmente aconteça.

Mais referiu que a solução que lhes foi apresentada implicava rebocar a torre e pintá-la de branco o que não foi de todo bem visto pela população, dado que é um ícone da Malhada Sorda. Há discussão e pode haver se quando foi projetada nos seus primórdios se havia o interesse de ser rebocada ou não, pelos rebordos que tem, mas o que é certo é que na sua conceção atual constitui um ícone da Freguesia e é inultrapassável para quem vê e conhece e viu e conheceu aquele espaço, daí a questão se o Senhor Presidente tem conhecimento relativamente a essa obra e o pedido que é para ver se o Executivo poderá mediar também as intenções de requalificação de forma a que a população seja de facto mais envolvida no processo e torna-lo mais transparente, através de uma eventual consulta pública e apresentação de outras eventuais soluções que possam remediar o risco. Mais disse que neste momento existe um sobressalto cívico relativamente à eventual intervenção e para bem da paz da sociedade civil urge fazer alguma coisa em relação ao assunto.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a Palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos.

Ao Senhor João Filipe Coelho, solicitou-lhe que os pedidos que lhe formulou os fizesse por escrito e os entregasse na Assembleia Municipal ou que os enviasse para a Câmara, a fim de serem dadas as respetivas respostas. Esclareceu que soube do pedido há dois ou três dias quando leu a ata.

Ao solicitado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vilar Formoso, informou de que, relativamente às Transferências de Competências da Ação Social, os funcionários já estão a fazer formação, estando-se a abrir procedimentos no sentido de serem reforçadas as equipas e fazer-se a avaliação daquilo que pode vir a ser, daí o adiamento da aceitação das competências com vista à preparação para poder ser dada a resposta.

Sobre a sinalização informou que, fez diversos pedidos às Infraestruturas de Portugal no sentido de ser reforçada a sinalização até mais do lado espanhol, colocando estes a que deve ficar e não aquela que nós gostaríamos que ficasse. Esclareceu que ainda falta colocar nos pré-avisos gráficos na chegada, sinalização de código regulamentar e publicidade está nas intenções do Município colocar essa sinalética / publicidade, esperando que se consigam aprovar as ligações porque deve ficar nessas imediações para captar o trânsito.

Sobre o Parque Infantil informou que, todos os elementos que têm sido solicitados são pedidos aos serviços para que sejam remetidos à Junta de Freguesia, estando ao dispor para esclarecer seja aquilo que for. Ficou esclarecida a titularidade do equipamento e terá que tratar do assunto, no entanto, a Câmara estará disponível para colaborar com a Junta de Freguesia de Vilar Formoso, como com qualquer outra do Concelho.

Em relação ao Projeto do Parque TIR esclareceu que, o prazo para entrega está a terminar, houve uma aprovação do estudo prévio há poucos meses atrás, por parte das entidades envolvidas e ser novamente colocado a discussão e serem dados os passos que é necessário dar.

Sobre a obra de Vilar Formoso informou que, o prazo da prorrogação solicitada terminava no final do mês e que houve um avanço em parte da obra e terá que haver também avanço na parte que falta executar e que provavelmente terá de haver mais uma prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos.

No que diz respeito ao não se ter contactado a Junta para participação nos eventos, o Senhor Presidente esclareceu que recebeu uma comunicação do Senhor Presidente da Junta com a qual não concordou na sua globalidade, porque não há obrigação nenhuma de se fazer comunicação e a relação tem duas vias que são uma a obrigação da Junta falar com a Câmara Municipal e a do inverso, assim sendo, a porta está aberta e quando quiserem participar nos eventos que são do conhecimento geral, quando quiser fazer o diálogo e como quer participar e colaborar é só fazer essa interação com a Câmara que, esta estará disposta ao diálogo.

Em relação à Cantina da Escola o Senhor Presidente informou que, se está num processo da tomada das novas competências e há questões para se decidir, mas o princípio que vai nortear a decisão final é dado que existem duas cantinas a funcionar de forma diferente e a decisão passará por colocá-las a funcionar de forma igual. A solução pode passar por uma empresa concessionária que forneça as refeições para as duas cantinas a outra solução passará pôr as duas cantinas a funcionar por administração direta, devendo nesta situação verificar-se a questão dos recursos humanos. Mais esclareceu que depois de algumas reuniões começou-se a ter a noção da globalidade de funcionários e até que números se pode chegar, quais os que estão adstritos à cantina e haverá que ser breve na decisão para em setembro estar tudo a funcionar devidamente e de igual forma para que não haja confusões nem tratamento diferente.

Respondendo ao Senhor Jaime Varelas e em relação ao Quartel das Esquadras informou que, foi contratada a avaliação, mas ainda não foi recebida.

Sobre as Portas de S. Francisco referiu que a obra ainda está dentro do prazo, tendo como limite o, próximo mês de agosto. Disse que também está um pouco atrasada e a sua preocupação é precisamente durante o mês de agosto e que a entrada se processe mais naturalmente ao invés do que tem acontecido até agora que tem ocorrido alguns problemas.

Em relação às Portas de Santo António o Senhor Presidente disse que ainda não foi aberto novo procedimento, o valor base foi majorado em 30% em relação ao valor base inicial, houve interessados no concurso, mas depois não houve concorrentes. Esclareceu que está a tentar compreender-se se o que provocou isso foi a crise ou se existe algum problema de projeto ainda não identificado para se poder lançar novo concurso.

Handwritten notes and signatures in blue ink at the top right of the page.

Respondendo à Senhora Maria Manuela Paulo informou de que, o assunto é da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal, no entanto, irá diligenciar no sentido de ser corrigido o erro.

Em relação à intervenção do Senhor Miguel Pinto esclareceu que, tem conhecimento da intenção de intervenção, mas não tem conhecimento do projeto em si, não esteve na apresentação, mas já teve oportunidade de falar com o pároco sobre a questão que foi levantada. É do seu conhecimento que a Torre necessita de uma intervenção de reforço na sua estrutura no sentido da proteção de uma possível queda. Sobre a colocação de reboco e pintura a sua opinião pessoal não a transmitiu, porque diversas vezes já foi discutido nesta Assembleia como as coisas são feitas, deixando essa parte para os técnicos. Tem conhecimento que foi feito um pedido de licenciamento que decorre na CCDRC e é uma obra que terá oportunidade com os representantes da Fundação e que aliás foi celebrado com a mesma um protocolo aprovado em reunião de Câmara, para a cedência da coleção de mais de trinta mil livros do Padre Luzia que irão constituir um marco importante para a Biblioteca Municipal, estando a preparar-se um ato para a sua assinatura e foi preparada também uma reunião sobre o tema. Soube também da manifestação de desacordo da população que ocorreu em relação à questão, pensando que devem fazer ouvidos da parte que for pertinente realizar por forma a que as coisas funcionem de uma forma correta. A perceção do pároco é de interesse na intervenção porque a Igreja Matriz de Malhada Sorda vai sofrer uma remodelação que a vai engrandecer ainda mais, mas ficar com essa pedra no sapato é preferível que não aconteça. Far-se-á o trabalho junto dos promotores e se necessário for junto da CCDRC.

Em relação à emissão dos cartões de membros da Assembleia Municipal o Senhor Presidente da Assembleia informou que, após a solicitação o assunto foi tratado imediatamente junto dos Serviços Administrativos da Câmara, escolhido o modelo de cartão e pensa que a falha será de cada um porque consta da respetiva ata em que deveria ser entregue uma fotografia tipo passe e segundo um telefonema feito há poucos minutos consta que, ainda ninguém entregou a fotografia e assim sendo, os cartões não serão emitidos enquanto isso não acontecer.

## II - Ordem do Dia:

### **1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município e situação financeira do mesmo (alínea c), do nº. 2 do artigo 25 do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro);**

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto referiu que, na questão financeira se continua a trabalhar e está espelhada no documento a boa saúde financeira do Município. Destacou o lançamento de obras, nomeadamente a Balança de Pesados, em Vale da Mula, Reparação do Pontão na Estrada Municipal de Vale de Coelha / Malpartida e Arranjo de espaço em Malpartida e dizer também que está espelhado no documento todo o trabalho desenvolvido pela Câmara nos diversos setores extenso nalguns deles e profícuo noutros, faltando ainda alguns realizados no tempo que medeiam as Assembleias Municipais.

No sentido de reforçar o acompanhamento do papel da atividade Municipal, o Senhor Professor Gonçalves pediu ao Senhor Presidente da Câmara se era possível no relatório

71 -  


apresentado à Assembleia Municipal e no que respeita ao serviço de Contratação Pública evoluir um bocadinho no documento. Neste momento o documento no seu ponto de vista está algo desequilibrado, tem muita informação foi crescendo e bem como foi sugerido há já algumas sessões atrás, mas no que respeita ao serviço de Contratação Pública o documento pode ser melhorado. Prestar mais alguma informação sobre a abertura de procedimentos, no que diz respeito a empreitadas, aquisição de serviços e aquisição de bens, com indicação do preço base e do tipo de procedimento. No que diz respeito a empreitadas, aquisição de serviços e bens, também seria importante indicar o adjudicatário o valor base da adjudicação e o tipo de procedimento. No que diz respeito às empreitadas poderia também ser incluída uma pequena listagem com os autos de medição pagos.

O Senhor Presidente referiu que, algumas questões são sempre pertinentes no sentido de se ir evoluindo e as chamadas de atenção propostas na Assembleia de alguma forma dar-lhe resposta, mas na questão que está a solicitar, pode-se colocar de uma forma mais abrangente, direcionando-nos aos procedimentos públicos, através de convite, aquisições por ajuste direto, porque as simplificadas seria uma listagem interminável e não faria sentido coloca-las no relatório, pese embora todos os procedimentos se encontrem disponíveis para consulta no Portal Público Base Gov, concordando que as empreitadas públicas mais relevantes possam fazer parte do relatório, bem como, o estado de execução de cada uma delas.

O Senhor João Filipe Coelho perguntou se as prorrogações concedidas para as obras das Portas de S. Francisco e Revitalização da Rua do Comércio, se tratou de prorrogações graciosas.

O Senhor Presidente informou que todas as que foram concedidas até ao momento foram do tipo graciosa.

## **2 – Atribuição de Subsídios à Junta de Freguesia de Almeida – Aquisição de Equipamento Informático; - À Junta de Freguesia de Vilar Formoso – Aquisição de Equipamento Informático; - À Junta de Freguesia de Freineda – Construção de Furo para Captação de Água; - À União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira – Torneio de Futsal;**

O Senhor Presidente passou de seguida ao ponto 2 da ordem do dia, dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto disse que, as Juntas de Freguesia de Almeida e de Vilar Formoso solicitaram o reforço dos meios informáticos de que necessitavam. A Junta de Freguesia de Freineda fez um desafio de proceder à abertura de um furo para captação de água para abeberamento de animais face à situação de seca severa que se vive, com a atribuição de um montante de 75% para o caso de funcionar bem ou não funcionar. E um apoio pontual à União de Freguesias de Amoreira, Parada e Cabreira para participar um torneio de Futsal na Freguesia de Amoreira.

O Senhor Presidente esclareceu que todos os pedidos de apoio foram aprovados em reunião de Câmara, por unanimidade.

Não havendo intervenções a fazer o Senhor Presidente da Assembleia colocou os pedidos de apoio a votação, tendo os mesmos sido aprovados, por unanimidade.

## **3 - Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Concelho de Almeida;**



O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o Projeto de Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos de Medicina Geral e Familiar no Concelho de Almeida, a discussão, tendo o Senhor Presidente da Câmara referido que, este projeto foi um dos objetivos que foram traçados dentro do mandato que se iniciou. O problema de fixação e vinda de médicos para o Interior foi sentida. Os concursos têm ficado desertos ou não são em número suficiente para a colocação. No Centro de Saúde de Almeida há essa possibilidade e a criação do presente Regulamento foi a forma de se poder fazer o aluguer, disponibilizar ou se poder construir ou disponibilizar casas, sendo a forma mais abrangente para incentivar a que médicos se fixem no nosso território e possam prestar os cuidados de saúde tão escassos, conforme todos os dias são notícias nos meios de comunicação e o Centro de Saúde de Almeida não é exceção. Há médicos com vontade de se fixarem em Almeida, mas têm de ter as mesmas regalias de onde vêm, contando também com a ajuda dos respetivos Conselhos de Administração.

O Senhor Presidente propôs que a exemplo dos CTT, fosse também feita uma reivindicação no sentido de se pressionar o Governo e outras entidades nesta problemática.

Uma vez que se falou no assunto o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a exemplo de ter sido acrescentado o ponto "6 - Protesto aos CTT" pelos maus serviços que vêm sendo prestados, seria também oportuno fazer um protesto sobre a questão da saúde o qual será proposto depois dos pontos da ordem do dia.

Ainda sobre o Projeto de Regulamento o Senhor Miguel Pinto apresentou algumas questões, nomeadamente saber se há abertura de vagas para o Concelho, conforme objeto do artigo 1º do Regulamento. Gostava também de ver um Regulamento que aplique pelo menos a ideia de incentivar a fixação de pessoal qualificado e outro tipo de profissionais no Concelho. Por último perguntou sobre o valor pecuniário de 430,00 € que está previsto, a que está indexado porque parece que hoje em dia está inflacionado, mas para o mês que vem pode até não haver nenhuma habitação que esteja a este valor no mercado de arrendamento no Concelho. Por outro lado, o facto de estar previsto o valor fixo e não até a um certo montante, ou seja, se houver um médico que arrendou uma habitação por um montante inferior irá receber um valor superior ao arrendamento que está a efetuar e o que diz o artigo é compartilhar o arrendamento ou aquisição de habitação. Não obstante a aprovação ou não do Regulamento poderá suscitar uma alteração posterior a este regulamento para prever por um lado a indexação deste valor em relação ao IAS e por outro lado ser a questão do até e não um valor fixo.

Tratando-se de assuntos relacionados com a saúde o Senhor José Manuel Gonçalves perguntou se foi ouvido o Conselho Municipal de Saúde nesta proposta de Regulamento.

O Senhor Presidente da Câmara informou que, o Conselho Municipal de Saúde ainda está a ser constituído faltando apenas um elemento para a conclusão do processo e certamente que o assunto seria debatido nesse Conselho e sobre a questão do até e não do montante fixo esclareceu que, há uma inscrição em que têm de ser demonstradas as despesas e a Câmara decidirá o montante que irá ser atribuído em função do valor do aluguer e se for de aquisição terá também de demonstrar as despesas para decisão da Câmara e de acordo com o Regulamento, mas a ideia é de até esse montante e a indexação é a média das rendas, de outras despesas e de outros regulamentos que foram consultados.

071 -

Rafael  
Mendes  
2023

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o projeto de Regulamento a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

#### **4 – Transferência de Competências para as Juntas e Uniões de Freguesias;**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, sobre o assunto fez uma breve explicação referindo que o processo foi iniciado realizando reuniões com as Juntas de Freguesia e a intenção que a Câmara tem é de manter o funcionamento geral através das Associações de Freguesias, mas neste caso cumprindo o que está na Legislação e as transferências serem feitas diretamente para as Juntas de Freguesia. Foram aprovadas em reunião de Câmara as minutas para serem debatidas em cada uma das Assembleias de Freguesia, houve algumas dúvidas que foram levantadas quer do princípio quer de algumas questões que estavam incluídas nos protocolos, pensando que já estavam totalmente debeladas. Havendo ainda algumas questões em relação à forma e ao método da transferência que originou uma reunião de trabalho num grupo restrito que foi encontrado na reunião da totalidade dos elementos das Juntas de Freguesia, na qual foi proposto trazer à sessão da Assembleia a aprovação da manutenção que foi o aprovado na última reunião da Câmara, ou seja, a manutenção dos contratos de execução, até ser feito o encontro de contas, valores e princípios e de como irá ser feita a transferência e que se prevê venha a ocorrer no próximo mês de setembro. Na última reunião focou-se com o alinhamento das intenções que haveria, tendo o Senhor Presidente encontrado uma forma de juntar as vontades de todos os elementos, pensando que numa próxima reunião se chegará a um consenso final para aprovação na Assembleia Municipal e depois fazer-se a comunicação à DGAL. Assim sendo, solicitou a aprovação da continuação dos contratos de execução para se manter em funcionamento as Associações de Freguesia e posteriormente será apreciada a versão final do acordo com as Juntas de Freguesia para aprovação nos respetivos órgãos, sendo certo que deveria ter sido feito até ao limite para se poder comunicar à DGAL e a partir de janeiro ser a transferência efetuada por esta entidade.

Sobre o assunto a Senhora Tânia Martinho manifestou a sua total solidariedade uma vez que é um processo que se arrasta desde 2019 e já deveria estar concluído e desde então houve tempo mais que suficiente para o diálogo e a negociação de uma forma clara em relação às competências e aos valores que deveriam ser atribuídos. Pela informação que obteve parece-lhe que o auto apresentado aos Senhores Presidentes de Junta foi pouco esclarecedor e se for comparado com outros autos que também conhece já estão em vigor para o mesmo efeito noutros Municípios. Compreende a preocupação dos Senhores Presidentes de Junta, para além de que as Juntas de Freguesia, já haviam demonstrado esta mesma preocupação por diversas vezes em termos do prazo para que pudesse ser efetuado até ao final junho e até mesmo nesta Assembleia Municipal daí compreender que os Senhores Presidentes de Juntas o tenham feito, sendo uma preocupação perfeitamente compreensível. Assim sendo, a sua pergunta é no sentido de que o Senhor Presidente acabou de explicar que a negociação / diálogo estará concluído em setembro, perceber como é que vai concluir este processo que, será comunicado em junho de 2023, para entrar em vigor em 2024 em termos dos valores a serem utilizados e executados pelas Juntas de Freguesia e como irá proceder a esta aferição em termos de valores e de projeção, atendendo à distância em que estamos e à conjuntura atual, tanto de guerra e

01  
Rel  
Municipal  
Câmara

instabilidade económica e social. A pergunta foi mesmo neste sentido e se tem uma preocupação extra em relação ao assunto poderá ficar efetivamente se a negociação for terminada em setembro com uma ressalva de avaliação obviamente dos valores em junho de 2023 para que não haja um desfasamento tão grande em termos de atualização no tempo.

O Senhor João Filipe Coelho perguntou se iriam votar a proposta que está nos documentos porque não tem logotipo e não está assinada por quem a produziu. O Senhor Presidente da Câmara respondeu de imediato que a proposta é da sua autoria.

Em resposta à Senhora Tânia Martinho, referiu que só lamentava que se possa chegar a esta conclusão das questões, não sabe se a Senhora Tânia esteve atenta ou não, se sabe ou se não sabe, mas todas as despesas estão indexadas ao custo dos funcionários quer Assistentes Operacionais, quer Assistentes Administrativos e na execução de trabalhos de ceifa e esses sim que estão indexados a um valor muito próximo do valor de mercado e o que tem acontecido na Câmara Municipal, tem vindo a apoiar com meios financeiros e equipamentos para que possam conseguir realizar os trabalhos, tem sido a Câmara a Financiar as Associações de Freguesias e ter-se-á de encontrar a forma de o fazer no futuro e os valores têm vindo a ser atualizados de acordo com o aumento dos vencimentos, por isso a atualização é automática e garantida.

A Senhora Tânia Martinho perguntou ainda segundo a informação que lhe chegou é que esses valores da negociação que tem sido efetuada principalmente através dos trabalhos. O grande bolo de que se está a falar efetivamente é dos trabalhos via Associações de Freguesias seria de 2016, provavelmente os vencimentos não porque há atualização, mas em relação a outras questões como por exemplo de combustível e outros mais, o valor que lhe tem chegado é que seriam ainda indexados a 2016, se calhar foi uma informação que lhe foi mal transmitida.

O Senhor Presidente respondeu que pode fazer esse exercício e verificar se o valor tendo em consideração que a Câmara Municipal está a colocar os meios mecânicos faz o financiamento dos meios humanos, se o valor que tem é um valor que não corresponde a essas despesas, mas em sua opinião corresponde.

A Senhora Sónia Cunha fez uma ressalva dizendo ao Senhor Presidente que as reuniões que estão a ser realizadas neste momento referem-se só e somente em valores que vão ser dados e negociados para a Associação para fazer trabalhos que são da competência da Câmara Municipal, ou seja, até ao momento não foi proposto absolutamente valor nenhum para as competências a dar às Juntas de Freguesia e o que está a ser negociado é outra coisa.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que, o que se está a transferir são competências que são do Município para as Juntas de Freguesia, adicionando a essas competências uma competência que não é transferida, mas que está incluída nessa possibilidade. O que propõe no caso de Almeida e Vilar Formoso é continuar a Câmara com essas competências, por isso é que não são transferidas da mesma forma e isso já foi muito bem explicado, assim como o que são vias de comunicação e o que não são.

Não havendo mais intervenções o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, verificando-se quatro abstenções.

Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou a votação uma sua proposta de introdução de mais um ponto na ordem do dia que será o ponto 7 – Voto de

Protesto e Reclamação Junto dos Serviços de Saúde pelos serviços que não estão a ser prestados como todos gostariam que fossem prestados.

Colocada a proposta a votação foi a mesma aprovada, por unanimidade.

#### **5 - Atribuição de Medalha de Ouro ao Exército Português; e**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que sobre o assunto fez um breve enquadramento sobre a razão da proposta, referindo que nesta Assembleia já foi deliberado a atribuição de medalhas de ouro, mas em termos pessoais como foi o caso do General Flambó e dos Coronéis Velez e Heltom do Exército Brasileiro do trabalho próximo que têm vindo a fazer no Museu Histórico Militar, nomeadamente candidaturas a prémios APOM com êxito já garantido. Tanto o Museu como o Município foram homenageados e galardoados nesses pressupostos, assim como a organização de uma primeira formação de museologia muito ligada a essa parceria que a Câmara tem com as equipas do Exército que se está a reeditar, e hoje mesmo se inicia mais uma formação de museologia no Concelho e em que fomos convidados a estar presentes num Seminário organizado em Lisboa, tendo endereçado um convite ao Senhor General Chefe de Estado Maior Pires da Fonseca para poder estar presente na Recriação Histórica do Cerco de Almeida e assim poder fazer-se esta distinção não em termos pessoais, mas em termos coletivos à Entidade Exército com a qual existe uma boa relação e se quer continuar a ter e será um ato que se recordará no futuro, e que marcará todo trabalho que se tem vindo a realizar e o futuro trabalho que deixa em aberto no tema da preservação e divulgação da história e cultura do Concelho e do País.

Após a intervenção do Senhor Presidente da Câmara o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, colocou a proposta de Atribuição de Medalha de Ouro ao Exército Português, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade.

O Senhor Presidente da Câmara a título informativo disse também que foi atribuído na reunião de Câmara à atleta Gabriela Amilcar e ao seu treinador, um louvor tendo em conta os resultados obtidos - Campeã Nacional de Marcha, cuja cerimónia irá ter lugar no Feriado Municipal.

#### **6 – Voto de Protesto aos CTT – Atrasos na Entrega de Correspondência e Maus Serviços Prestados.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que sobre o assunto referiu que, o tema já é recorrente e já foi debatido em mais do que uma ocasião de atrasos que se têm verificado na entrega de correspondência. Houve indicação interna para o assunto ser debatido na reunião da Câmara e também recebeu informação de elementos da Assembleia que os convites que foram enviados chegaram no dia anterior ou já depois do evento e esses atrasos têm se vindo a avolumar, assim como o atraso da emissão das faturas de água acrescido do atraso da entrega das cartas aos consumidores que ainda agravou mais o problema.

Mais referiu que o ofício de protesto ainda não foi formalizado pelo facto de ser importante ouvir a Assembleia Municipal, pensando que se chegou a um ponto em que tem de ser manifestado o descontentamento em relação aos atrasos que se verificam.

A Senhora Sara Correia interveio para dizer que em Viseu não tem tido problemas alguns em relação à entrega de correspondência, perguntando qual vai ser o texto da reclamação.

O Senhor Presidente da Assembleia explicou que o texto vai ser em relação ao Concelho de Almeida e depois da colaboração de todos irá ser votado.

A Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Almeida disse que têm tido imensas reclamações na Junta e que esta no dia 06 de junho já apresentou uma reclamação no Portal da Queixa, relativamente a esta situação e a resposta foi que o assunto está a ser tratado.

O Senhor José Guilherme Abranches reforçou o que foi dito sobre a matéria até porque inclusivamente já perguntou aos Serviços sobre a carta registada da convocatória porque estava na caixa de correio da sua habitação, mas que não tinha assinado o AR, pensando que alguém o fez por ele. Acrescentou que já tem recebido a carta com a fatura do pagamento de água após quinze dias para além do prazo, por tudo isso concorda a 100% com o voto de protesto.

A Senhora Odete Caramelo concordou plenamente que se faça o protesto porque as queixas são muitas e ela inclusivamente recebeu no dia 21 o convite para assistir às cerimónias religiosas do Corpo de Deus que ocorreram no dia 16. É também do seu conhecimento de um caso de uma Senhora consumidora de eletricidade que recebeu no mesmo dia uma carta para pagamento da fatura e outra comunicando-lhe que iriam cortar o fornecimento por falta de pagamento. Relatou ainda que também é do seu conhecimento de um outro caso que uma Senhora não recebeu carta do Hospital da Guarda cujo conteúdo era a marcação de consulta para um determinado dia e quando recebeu a carta já haviam passados três dias. Por tudo isto está totalmente de acordo que se faça o protesto para o bem de toda a comunidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que existem factos relatados e que são alguns dos muitos que acontecem no Concelho e que ele também tem conhecimento, nomeadamente alguns estão focados na proposta com os atrasos e constrangimentos que provocaram a quem tinha que pagar as faturas da água e os problemas que a Câmara teve com isso, mais grave ainda a questão das consultas outro problema que está relacionado com a saúde, o que significa muitos problemas causados a toda a população.

Assim sendo o protesto seria do teor seguinte:

“Os membros da Assembleia Municipal de Almeida reunidos a 27 de junho de 2022, vêm por unanimidade, apresentar um voto de protesto e reclamação pelos péssimos serviços prestados pelo CTT à população do Concelho de Almeida, nomeadamente no atraso de entrega de correspondência, causando graves prejuízos, principalmente nos assuntos relacionados com a saúde e pagamento de serviços”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de protesto e reclamação a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade.

O Senhor António Frias referiu que, para além desta comunicação aos CTT, existe também o Provedor dos CTT a quem devida fazer-se chegar a comunicação, não sabendo se não seria útil neste caso o Senhor Presidente da Assembleia apresentar uma queixa junto de entidade reguladora no caso de existir. O Senhor Presidente da Câmara referiu que, de igual

modo e conforme foi deliberado pelo Executivo também irá ser feita reclamação junto da Administração dos CTT.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal referiu que o protesto será endossado ao Administrador dos CTT, mas se existirem outras entidades ser-lhe-á também dado conhecimento.

### **7 – Voto de Protesto e Reclamação Junto dos Serviços de Saúde.**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia inscrições para este ponto, tendo a Senhora Isabel Pereira, manifestando a sua opinião acerca do assunto da Saúde e não querendo ferir suscetibilidades. Achou muito injusto que e segundo lhe consta o concurso público no caso dos médicos não seja de obrigatoriedade de aceitação. Como está ligada ao Ministério da Educação, como professora é obrigada a aceitar aquilo que lhe colocam, assim como os médicos não são obrigados a aceitar a colocação o que repercute nesta escassez de médicos no Interior. Mais disse que a Câmara está a tentar resolver a situação com o que concorda plenamente, contudo, é um assunto que se calhar devia ser discutido não só aqui, mas também a nível Nacional porque a função pública deve ter igualdade de direitos e não fazer aqui distinções entre profissões e não haver injustiças considerando uns profissionais de primeira e outros de segunda.

Pegando nas palavras da Senhora Isabel Pereira o Senhor Presidente da Assembleia e sendo o assunto pertinente, entende que não deve fazer parte da reclamação porque isso teria outra amplitude e extravasa o que são as preocupações relativas ao Concelho de Almeida. Segundo a sua opinião a Assembleia deve cingir-se mais naquilo que são os problemas que o Concelho tem, nomeadamente a falta de médicos, pedindo a quem está mais diretamente ligado à Saúde que ajude na redação do protesto / reclamação. Porque é que os Concelhos vizinhos têm Serviços de apoio permanente e o Concelho de Almeida há tantos anos que não tem, sendo uma questão recorrente deve ser colocada esta questão e a falta de médicos.

A Senhora Tânia Martinho referiu que a questão do Serviço Permanente é pertinente, no que diz respeito à colocação de médicos e como disse a Senhora Isabel Pereira é muito complicado colocar médicos onde não querem e como já foi dito extravasa o âmbito deste protesto e o que seria importante frisar que na ausência do Serviço Permanente existe a Consulta Aberta, mas que não tem sido assegurada todos os dias.

Assim sendo o protesto / reclamação será do teor seguinte:

“Os membros da Assembleia Municipal de Almeida reunidos a 27 de junho de 2022, vêm por unanimidade, apresentar um voto de protesto pela deficiente prestação de serviços básicos de atendimento, nomeadamente consulta aberta, motivada pela falta de médicos.

De igual modo, há dificuldade na marcação de consultas de medicina familiar pelos mesmos motivos.

Reivindicamos ainda que seja repostos o SAP – Serviço de Atendimento Permanente que nos foi retirado há 12 anos, num concelho com população idosa, com problemas de mobilidade e de deficiente rede de transportes.”

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o voto de protesto e reclamação a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade, a qual deverá ser endossada ao

Senhor Presidente da República, Ministra da Saúde, ARS – Administração Regional de Saúde do Centro e Conselho de Administração da ULS da Guarda.

**III - Período de intervenção destinado ao público, (artigo 20º do Regimento da Assembleia Municipal);**

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal perguntou se havia alguém para intervir neste ponto da ordem do dia, tendo-se verificado que ninguém se inscreveu.

---

*APROVAÇÃO EM MINUTA*

---

Lavradas e lidas as deliberações constantes desta ata, foram aprovadas em minuta, para efeitos de execução imediata, pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, ficando aprovada, por unanimidade, a minuta desta ata da Assembleia Municipal de Almeida, em ordem ao preceituado no n.º 3 do artigo 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.


Foram colocados os pontos 2, 3, 4, 5, 6 e 7 a votação em minuta, tendo sido os mesmos aprovados, por unanimidade, para produzir efeitos imediatos e executórios.

---

*ENCERRAMENTO*

---

Nada mais havendo a tratar nesta sessão, quando eram onze horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de junho de dois mil e vinte dois, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Almeida, deu por encerrada a presente sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada nos termos da Lei, na reunião seguinte, pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, António Baptista Ribeiro, pelo Primeiro Secretário, João Paulo Pires Rolim, pelo Segundo Secretário, Mariana de Almeida Estevão e por mim, José António Dourado Espinha, que a subscrevi.

O Presidente da Mesa 

O Primeiro Secretário 

O Segundo Secretário 

O Técnico Superior 